

Cinema brasileiro: o estudo e a crítica

Sérgio Mattos

Na sociedade brasileira, como em qualquer outra, podemos facilmente identificar que os frequentadores de cinema formam diferentes grupos que podem ser classificados de acordo com a idade, raça, sexo, classes sócio-econômicas etc. Podemos também afirmar que cada um destes grupos reage de maneira muito específica e particular frente ao conteúdo de um filme.

Cada um destes grupos de frequentadores de cinema prefere os filmes com os quais seus membros se identificam porque eles pensam que aquele filme é coerente com seus próprios valores culturais, interesses e normas sociais. Apesar de sua heterogeneidade e da competição da televisão, os frequentadores de cinema no Brasil, já formam uma audiência fiel que tem crescido de ano para ano.

De acordo com informações da EMBRAFILME, durante a década de setenta, o mercado brasileiro manteve uma média de 200 milhões de ingressos vendidos anualmente. Esta média é mais expressiva, quando sabemos que em termos percentuais, os filmes nacionais já detêm mais de 30% do mercado, "contra menos de 14% em 1971". No ano de 1978, por exemplo, um total aproximado de 62 milhões de ingressos foram vendidos para filmes nacionais, contra 150 milhões para filmes estrangeiros.

Esta diferença, naturalmente, se deve a uma série de razões, dentre as quais o fato de que a produção nacional, além de ser bastante limitada, ainda não adquiriu a inteira confiança dos brasileiros apesar dos inúmeros prêmios conquistados no exterior. Apesar disso, o número de espectadores de filmes brasileiros dobrou nos últimos cinco anos.

A partir destes dados e considerando também a importância do filme na execução da função da transmissão cultural e como veículo reforçador das normas sociais de conduta, devemos nos questionar sobre esse meio de comunicação de massa: O cinema *tem ou não tem* sido apropriadamente estudado por acadêmicos e críticos do setor? Quem é que decide qual o tipo de filme que a audiência *deve ou não deve* assistir?

Sobre isso, o estudioso americano Thomas H. Guback, em um

de seus inúmeros estudos sobre a indústria cinematográfica, afirma que o significado do filme não está apenas no que é projetado na tela, embora seja na projeção que a maioria das pessoas (audiência, estudiosos e críticos) preste atenção. Para Guback, fundamental é saber como a imagem que atinge a tela foi produzida e em que condições. E isso, explica o estudioso americano, envolve muito mais do que a simples preocupação sobre fatores artísticos.

Thomas H. Guback faz certas restrições aos críticos e estudiosos do cinema porque, além de não estudarem o filme corretamente, acabam fazendo publicidade gratuita. Em síntese, diz que "falar e escrever sobre específicos filmes são excelentes formas de publicidade que não custam nada às companhias cinematográficas" e que "repetidas referências sobre certos filmes pode desenvolver nos espectadores uma vontade de querer assisti-los".

Segundo Guback, existe qualquer coisa de errado e incompleto no modo atual de estudar e criticar o cinema porque, entre outras coisas: 1. os estudos sobre cinema não apresentam qualquer conexão com a teoria geral da sociedade e da história; 2. os críticos se limitam a fazer comentários favoráveis ou desfavoráveis sobre um diretor, uma estrela, um escritor, ou um roteirista, contribuindo apenas para atrair as atenções da população, criando, desta forma, uma audiência para o filme que foi objeto de tantos comentários; 3. os críticos analisam apenas o conteúdo, perdendo componentes importantes do sistema, ou seja, o mecanismo industrial que produz os filmes; 4. os filmes são considerados criações autônomas e independentes das instituições econômicas; e, 5. porque a maneira pela qual o filme vem sendo estudado/criticado desloca-o da atmosfera na qual ele foi formulado e colocado no mercado consumidor, transportando-o, portanto, para um ambiente artificial que parece ser imune às forças institucionais.

A fim de eliminar estas falhas no estudo acadêmico e na crítica jornalística dos filmes, Guback propõe o que chama de "perspectiva institucional", através da qual um filme pode ser *estudado como um todo*, isso é, por meio da identificação, descrição e análise de "como a natureza da comunicação é moldada e usada", e explicando o meio através do qual uma sociedade organiza a produção e distribuição de seus filmes e informação. Essa "perspectiva institucional" é um modelo que se utilizado devidamente poderia esclarecer uma variedade de aspectos importantes e que normalmente são negligenciados. Com o modelo de Guback poderíamos entender melhor a indústria cinematográfica em si ou seus produtos.

Em resumo, podemos dizer que Thomas H. Guback argumenta que o filme deve ser estudado dentro do momento histórico, considerando, entre outras questões, a situação econômica e ideológica sob a qual um filme é ou foi produzido. Considerando seus argumentos, somos levados a concordar com ele porque, na verdade, nem os acadêmicos nem os críticos têm observado as coisas certas em um filme em particular, ou na indústria cinematográfica de um modo geral, porque os estudos críticos sobre o cinema são superficiais e contraditórios.

Assim sendo, para estudarmos um filme, devemos considerar as influências históricas, sócio-culturais, político-ideológicas e econômicas sobre o processo de sua produção, bem como devemos considerar a audiência para a qual o filme é destinado.

Limites da Cibernética, a reprodução e a criação

Yolanda Lhullier dos Santos

Observa-se entre alguns estudiosos de países onde se deu um desenvolvimento extraordinário da cibernética e da automação, nestes últimos anos, um certo estado de perplexidade aliado a uma grande preocupação.

Sendo a cibernética "um ramo da técnica moderna que estuda os processos de construção mecânica que prolongam os movimentos musculares de caráter executivo, e a construção de aparelhos que realizam operações matemáticas, funções imaginativas de caráter sensitivo, assimiláveis à memória, usando também os recursos da eletrônica" já está exposta, em linhas bem amplas, a variedade e complexidade do seu campo de ação. Nele encontram-se os mais diversos tipos de aparelhos e mecanismos que possibilitam, ao homem, um grande progresso gerando, não obstante, graves problemas de ordem psíquica e social. Em alguns países, onde houve um incomum desenvolvimento, gerou-se o desemprego que, crescente, acarreta graves problemas de ordem social. Se para muitos estes desempregados não o estão totalmente já que recebem, dos sindicatos os seus salários — e nisso têm a sua garantia de sobrevivência — não deixa de haver problemas de outra ordem dentre os quais: o não-acompanhamento do custo de vida que sobe mais que o salário, além de uma situação moral muito difícil, angustiante mesmo, pois sentem-se diminuídos ante a troca pela máquina — objeto de criação do próprio homem — e que os vai substituir nas mais diversas funções. Isto tem criado situações críticas de ordem psicológica ("abrindo a porta às neuroses") e levando o homem a uma tomada de consciência da qual não encontra solução. Várias soluções, entretanto, têm sido propostas, entre elas: maior ocupação de pessoas no artesanato; dedicação ao esporte amador; desenvolvimento do saber. Saídas que poderiam ser propostas e nelas haveria soluções possíveis. Esse, entretanto, vem a ser um dos tópicos de maior gravidade pois não ocupa o tempo disponível. Entretanto aqui nos ocuparemos de um fato real e constatado: da "inevitabilidade do desenvolvimento da cibernética". Naturalmente pode-se criar um limite em alguns aspectos, seja com organizações coletivas embarçando o progresso do cibernetismo, mas não se poderá impedir que ela se processe de uma maneira vigorosa, provocando uma verdadeira e sintomática revolução no mundo ocasionando, como o vem fazendo, uma grande e complexa transformação...

A solução não está, como muitos pensam, na diminuição das horas de trabalho. A questão é a ocupação das horas sobranças, do ócio. O ócio é um dos problemas sempre presentes na humanidade porque, se ele não for bem empregado gera a corrupção, os vícios — fonte do que é pernicioso para o homem —. Se ele não for bem aproveitado para o desenvolvimento intelectual ou para um lazer

bem endereçado, será prejudicial, e este é um dos problemas que se afigura em alguns países, Estados Unidos, por exemplo, muito grave, dado o progresso econômicos, sobretudo no campo técnico. Assim se produção é organizada na base de 4 horas de trabalho diário o que o homem vai fazer nas outras 4 horas? Muitos dirão: mas todos têm o que fazer. Sim, numa semana, duas ou talvez, até em mais. Mas depois do que ele se ocupará?

Seria dramático que a humanidade, ao caminhar para um dos pontos mais altos do seu desenvolvimento — o ápice do seu progresso — fosse esse também, o determinante da sua própria desgraça, da sua decadência final. Isso é absurdo, sobretudo se temos consciência disso e o sabemos, através da história, que determinados conhecimentos — não só sociológicos, como psicológicos, políticos, sociais etc. — nos permitem compreender e saber dos perigos eminentes que decorrem dessas situações, aparentemente favoráveis, o que são “a porta de entrada” de desgraças maiores, que não só acontecem individualmente mas coletivamente. Imersos nessa situação pessoas responsáveis estão preocupadas pelo fato que “o nosso progresso técnico se processa numa velocidade maior do que a que nós conseguimos para encontrar solução aos problemas que ele gerará”.

Quanto às possibilidades da cibernética vemos que tem sido objeto de certo exagero, por parte de algumas pessoas, ao atribuir um poder mágico à máquina.

Abordamos, aqui, um ponto que nos parece de grande importância para uma análise dos possíveis limites da cibernética:

Ao estudarmos o nosso psiquismo precisamos distinguir o psiquismo animal do humano. Quanto ao primeiro, realiza suas operações partindo da intuição sensível para as outras (como a memória, a fantasia etc.). A memória é a capacidade de reproduzir os fatos, passando a fantasia a ser a capacidade desses elementos passados para a reconstrução de novas estruturas. A estimativa é a capacidade de julgar da conveniência ou não das coisas em relação a nós, etc., isto é, que faz parte da inteligência animal. Desta forma, o fato de alguém ter boa memória, ou uma fantasia muito desenvolvida, ou uma capacidade estimativa muito segura, como homens que revelam uma certa prudência, alguma astúcia, não quer dizer que sejam super-inteligentes e sim, o são, somente quanto à inteligência comum, a inteligência que um animal também pode ter, dentro, naturalmente, das condições da sua espécie. Não representa algo de superior e, infelizmente, por ignorância, julga-se que os homens de grande memória é que são capazes de conhecer todos os fatos de uma vida, repetir datas e acontecimentos com a máxima segurança; sejam, assim, exemplo de homem culto, inteligente, exemplo da superioridade humana! Não o é, porque há analfabetos que guardam, de memória, obras inteiras decoradas...

A inteligência, dita superior, é precisamente formada pelo entendimento, pela vontade e pelo amor; pelo amor ao verdadeiro sentido intelectual superior, que não deve ser confundido com as atrações de caráter afetivo como na linguagem comum se dá comumente, (estamos tomando o amor em sentido de amar o bem daquele a quem se ama, não é só amar alguma coisa, o que na religião cristã se chama de caridade).

É, assim, um sentimento superior que necessita da presença do intelecto e da vontade e que não se dá sem uma atração, não só para

o bem como, também, para a verdade. O que caracteriza o intelecto superior é intencionalidade, é esta direção do intelecto para o seu objeto. Por exemplo, digamos essa direção de nós sobre nós mesmos, ao termos consciência de nós mesmos.

O ato reflexivo sobre o qual tomamos consciência, o fato de escolhermos entre dois possíveis de serem atualizados e tendermos para um só, por nossa escolha, procuramos por amor à verdade, ao conhecimento, até encontrá-lo e, depois, dirigir nossa vontade para alcançar àquele meta na qual está aquele valor. Tudo isto, toda esta complexa vida intelectual jamais a máquina poderá fazer e, por uma razão muito simples: "por que ela estará sujeita a dois aspectos acidentais importantes: o quantitativo e o qualitativo".

Se ficar só no quantitativo não é possível já que toda a quantidade caracteriza-se por ter partes-extra-partes e, toda operação dentro do quantitativo terá que passar de partes para partes, e não se poderá dar esta captação de si mesma, isto é, esta intencionalidade dirigida para si ou seja, a tensão vertida toda sobre si mesma, porque na quantidade ela tem que estender-se (daí que o quantitativo jamais poderá ter consciência de si mesmo). Um ser que seja só quantitativo jamais poderá ter consciência de si mesmo, ter intencionalidade e, conseqüentemente, não manifestar um psiquismo superior. Aqueles que dizem que o psiquismo superior é um produto da matéria sensível não tiveram oportunidade de levar o seu raciocínio mais adiante, verificar as impossibilidades, inclusive físicas, de que tal acontecesse e podem, sem dúvida, chegar a posições mágicas, infantis, de emprestar a possibilidade a causa de realizar efeitos superiores à natureza. Na fase racional o homem sabe que o efeito, quanto mais, pode igualar as suas causas, mas nunca excedê-las. Então verá que o quantitativo não poderá nunca ser a causa de um ato intelectual superior, de um ato espiritual sem extensão e chegaria a esta conclusão: o resultado de uma especulação simples, mas que exige a colocação de certas premissas, como o fizemos:

"admitir que uma máquina, feita pelo homem possa ter, amanhã, consciência de si, que delibere e atinja a liberdade."

É preciso distinguir uma fantasia reprodutora de uma criadora. A primeira é a que temos em certos sonhos, em que vemos a reprodução de imagens, ou de certas evocações. Mas há uma fantasia dirigida pela nossa própria intelectualidade, por exemplo, como a do artista que a dirige na criação de um personagem, que imagina o possível e o constrói, no seu processo criativo. Aí se dá a simplificação do intelecto superior, da vontade, do entendimento.

Certas posições atuais na poesia, na arte, defendem a fantasia meramente reprodutora. Assim, um artista associaria, ou melhor, expressaria, as associações conforme elas se dão ou a sucessão das imagens de sua fantasia, das reproduções fantasmáticas, traduzindo-as em palavras ou em sons ou em cores etc. Este seria um retorno à fantasia meramente animal, sem dúvida alguma, mas se afastaria do homem, da fantasia criadora que exige a presença do intelecto humano, na sua superior atuação, que é o entendimento, a vontade, o amor (amor no sentido do ágape dos gregos e não do de eros). Os autores modernos, defensores dessa posição, usam da sua vontade e do seu entendimento, para expressar a defesa do intelecto inferior, da criação animal, da arte animal. Esta arte a

cibernética poderá fazer porém estamos, sem dúvida, ante a uma arte puramente reprodutora, e não é nada difícil que as máquinas o façam; mas jamais poderão fazer uma arte criadora. Jamais a máquina irá tomar as imagens dos cavaleiros andantes e de todos aqueles desejosos de praticar atos de cavalaria, e criar a personalidade de D. Quixote de La Mancha. Mas pode, por exemplo, reproduzir, ligar, associar às imagens de cavalaria e criar a personalidade de um cavaleiro através de uma série de imagens associadas. Mas não fará por si nada mais do que isso? como criação será preciso uma inteligência superior, e é precisamente essas características do intelecto superior que são irredutíveis às explicações meramente materiais e revelam efeitos que superam as possibilidades da matéria, comprovado em que não existe um princípio espiritual, um princípio que não é material no sentido comum que a palavra diz. Não é material no sentido da extensão, no de matéria sensível — a matéria dos materialistas — e neste caso ele é um dos argumentos mais importantes, embora seja dos mais difíceis, a pertença ao campo da filosofia.

Ao se estabelecer que os limites da cibernetica são evidentes e não são marcados apenas porque nós arbitrariamente resolvemos marcá-los, mas sim pelas próprias possibilidades dos elementos que constituem uma máquina cibernetica, ela não poderá ultrapassar os limites da sua própria natureza. Não poderá criar efeitos desproporcionados à sua causa, e o que tiver de superior, ou que revele alguma coisa do psiquismo superior, será dada sempre pelo homem e nunca sairá espontaneamente dela.

Há muito exagero e, sobretudo, esperanças desmedidas em torno da cibernetica referente a este sentido. Que ela é útil, que é conveniente, que o ser humano deve continuar nas suas pesquisas levando ao máximo de perfeição essas máquinas, não há dúvida alguma. Este é um dever de todos aqueles que se dedicam a este trabalho, porém sem negligenciar o lado humano, meta do homem.

Sociedade, participação e avaliação da Universidade

Othon Jambeiro

A democratização do país coloca para cada setor organizado da sociedade a gigantesca e delicada tarefa de arregimentar suas próprias forças e outras que julgar pertinentes, para vencer as barreiras instituídas pelo autoritarismo e suas seqüelas. Gigantesca, porque o esmagamento da sociedade e o conseqüente recuo de suas forças para as últimas defesas criou um sentimento de solidariedade contra o Estado, que tem estimulado perigosamente o corporativismo.

Delicada, porque tal empreendimento exige, sobretudo nas instituições públicas uma negociação paciente e decidida entre pares,

"Jamais a máquina irá tomar as imagens dos cavaleiros andantes e de todos aqueles desejosos de praticar atos de cavalaria e criar a personalidade de D. Quixote".

na qual os mais comprometidos com a ação política em geral e com a democratização em particular, têm de atuar como arautos da reformulação de todo o Estado e como defensores do interesse e dos recursos públicos. Mais ainda: devem agir tenazmente contra a manutenção das entidades públicas como oásis de impunidade, sob o manto do "esprit-de-corp" que muitas vezes une em várias formas de corrupção chefes e subalternos.

No caso específico da universidade pública brasileira são enormes as tarefas que lhe são impostas, já que menos que reconstrução cabe dizer que urge sua construção. Porque a rigor sua existência é tão precária, enquanto concepção de universidade, que não parece correto pensar em remendar algo tido como pré-existente, mas sim fazer nascer uma instituição nova, ainda que gerada das entranhas moribundas da entidade que temos. E o que temos?

A universidade pública brasileira não possui um projeto educacional. Não tem política traçada. Não tem diretrizes claras, conhecidas, construídas a partir do debate na sociedade e no seio da universidade. Que propósitos persegue a universidade? Quais são suas prioridades no que se refere à pesquisa, ao ensino e à extensão? A quem busca servir? Na verdade substituem-se os reitores, belos discursos são feitos, mas nada se estabelece claramente como objetivos e metas que a universidade deve perseguir neste ou naquele reitorado. Os professores, funcionários e alunos estarão comprometidos com que projeto? Com que política de desenvolvimento da universidade e da sociedade?

Alguém sabe como são distribuídos os recursos às e nas universidades? Que critérios são utilizados para destinar tal quantidade de dinheiro para uma instituição e tal outra para uma segunda? Não seria mais justo que isto se constituísse em matéria de apreciação de toda a comunidade, inclusive a universitária? Que todos soubessem como isso se processa?

Na universidade pública brasileira observa-se hoje muito pouco compromisso pedagógico dos docentes: grande parte dos professores têm apenas comprometimento formal com o departamento, com a faculdade, com a universidade e quase nenhum com a sociedade, enquanto professores. Seu compromisso é, salvo as exceções de praxe, apenas entrar na sala de aula e dar quanto menos aula puder.

Este perfil de professor interessa à universidade? Ou melhor: interessa à sociedade que este seja o perfil do professor universitário? Evidentemente que não. Mas não podemos ficar esperando que algo sobrenatural ocorra e mude-se por encanto este perfil. Precisamos urgentemente fazer definições, provocar a mudança, lutar por ela. Precisamos estabelecer coletivamente o que é ser profes-

sor universitário, quais são suas tarefas, que qualificações precisa ter, que condições lhe são necessárias no trabalho. Isto é, trabalhar em que, como, quanto, sob que condições, com que nível de comprometimento?

As condições de trabalho continuam péssimas nas universidades. Não há incentivo à produção. Em muitas delas há unidades em que os professores mal têm onde sentar. A ausência de resposta do MEC e das administrações centrais das instituições e mesmo a falta de iniciativa destas em resolver questões como esta, terminou por criar uma certa acomodação: não mais se pede melhorias, busca-se outro emprego onde se tenha melhores condições — preferencialmente preservando o salário integral da universidade, mesmo em flagrante ilegalidade e desrespeito aos colegas — ou então nada se faz.

No momento, o que produz a universidade? Como é seu produto aluno, seu produto pesquisa, seu produto extensão? ninguém sabe, porque a universidade não tem avaliado. Ela não se avalia, nem aos seus produtos. Apenas prossegue a mesma de sempre: recebe solicitações de professores, alunos e funcionários, tenta conseguir recursos no MEC e em outras fontes, nesta últimas desordenadamente, porque lhe falta uma política de pesquisa e extensão, e pronto. Fica sempre reagindo positiva ou negativamente a solicitações. Reage, não proage. E se ela própria não se avalia, ninguém também o faz.

Quanto à pesquisa e extensão, o que faz a universidade? Muita coisa pulverizada, graças ao esforço extraordinário de pessoas e pequenos grupos que vencem a adversidade da falta de apoio da própria universidade e conseguem financiamento nos órgãos federais e estaduais a isto dedicados, como a FINEP, CNPq, etc. Via de regra as administrações centrais não têm nada sistematizado no sentido de promover, de estimular, de ajudar a construir, de incentivar a formação de grupos emergentes de pesquisa, de estudos dirigidos para o desenvolvimento da universidade em áreas onde ela não esteja forte. Áreas que sejam necessárias ao desenvolvimento do homem e da sociedade.

A extensão arrasta-se quase que exclusivamente na área cultural, a quem contudo não atende bem e de onde não sai com decisão para enfrentar também outras carências de conhecimentos e de serviços da sociedade. Um ou outro projeto de porte se executa e assim mesmo raramente com impacto, em poucas ocasiões com mobilização intensa da universidade numa direção determinada e unificada.

Tudo isto não se faz. E tudo isto fica como está. E não há avaliação do desempenho da universidade. Quem julga os trabalhos que ela faz ou deixa de fazer? No máximo os financiadores, que o fazem por critérios fixados a partir de suas próprias políticas e que se esgotam em si mesmos. Não há uma avaliação pela própria universidade nem pela sociedade. Poucos sabem, em cada universidade, como é o trabalho que seus principais grupos de pesquisa desenvolvem. A quem estão atendendo?

Por que não instituir um processo de avaliação que envolva professores, alunos, funcionários e representantes da comunidade no julgamento do que se faz na universidade? Afinal de contas ela vive de recursos públicos e deve prestar contas do que faz destes recursos, o que produz com eles, isto é, que conhecimento está gerando e com quem o está difundindo.

“Quem julga os trabalhos que a Universidade faz ou deixa de fazer? No máximo, os financiadores, que o fazem por critérios fixados por sua própria políticas”.

O que há de mais positivo na universidade nos últimos 10 anos é o crescimento do movimento docente e sobretudo o dos funcionários. Isto realmente modificou a universidade e é talvez aí que esteja sua maior esperança hoje. E destes movimentos que poderá sair a solução para a universidade brasileira. Mas não podemos esquecer de que chegou a hora de termos direitos iguais para ambas as categorias. Os rígidos critérios de acompanhamento da vida institucional dos funcionários têm de ser contrapostos aos flácidos critérios ou ausência deles com relação aos professores.

Porque não é possível que o funcionário tenha descontado o dia “que falta enquanto o professor tem sempre frequência integral mesmo que passe semanas inteiras sem ir à faculdade. Porque não é possível que certos professores gozem férias sem tirá-las oficialmente e ainda no retorno venham à universidade as mesmas férias já gozadas. Porque não é possível que os funcionários sejam obrigados a trabalhar, mesmo sem condições, nos seus locais de trabalho, enquanto muitos professores, alegando falta de condições — em certos casos mesmo quando as têm — frequentam irregularmente a faculdade inclusive no horário de aula, embora recebam complementação salarial para dedicarem-se integralmente à universidade.

O compromisso com a universidade tem de ser um só, tanto de funcionários, quanto de professores, quanto de alunos. E sobre eles deve pairar o interesse da sociedade, e portanto sobre eles deve ser feita avaliação pela sociedade e não apenas por eles próprios. Do contrário é o reino do corporativismo.

É claro que o compromisso com a instituição deve conter um espaço importante para um compromisso consigo mesmo, que todos devem ter. Isto é, faz-se necessário que ao mesmo tempo em que participem do desenvolvimento da universidade, estejamos desenvolvendo a nós próprios, estejamos realizando nossos projetos de vida, de trabalho, nossas aspirações enquanto professores, enquanto funcionários, enquanto estudantes e enquanto pessoas.

A universidade cabe lembrar que é sua obrigação criar condições materiais e financeiras, principalmente, para que o docente possa desenvolver atividades de estudo, de ensino, de pesquisa, de extensão. Isto significa que tem-se de perguntar sempre quais são as condições que a universidade cria para que professores, alunos e funcionários atinjam seu melhor desempenho e não quais são as condições que a universidade exige para isso.

A ausência de um projeto, de um plano, de uma política de ensino, pesquisa e extensão na universidade, faz com que muitos departamentos se transformem em órgãos corporativos: neles tudo é feito para proteger os interesses de cada professor ou grupos de

professores, geralmente contra o interesse público. Os conflitos são sublimados em função de manterem-se as situações de privilégio dos professores. E com isso os departamentos terminam por não cumprir as funções organizadoras e reguladoras do trabalho docente.

As Comissões Permanentes de Pessoal Docente (CPPD's), órgãos das administrações centrais, pretensamente democráticas e que assessoram o Reitor, não trabalha conjuntamente com os departamentos, não os orientam, não os transformam em participantes da concepção e condução da política de pessoal docente. Pelo contrário, isolam-se deles e burocratizam a relação de tal forma que se transmudam em mais um órgão tecnocrático e autoritário das reitorias.

É claro que deve haver um sentido para a participação. Ninguém participa por participar. O compromisso de cada qual, de cada conjunto de membros da comunidade universitária vai ocorrer na medida em que se sinta participante de alguma coisa que se move, que caminha numa direção escolhida com sua anuência, ou pelo menos com anuência da maioria, a respeito de que pôde opinar. Este compromisso é básico para que se possa criar um processo de avaliação e acompanhamento público das atividades da universidade, de seus professores, alunos e funcionários. Porque a avaliação terá de ser feita com base em alguma coisa estabelecida como objetivo, como meta, na qual cada um tenha um papel a desempenhar, cada um tenha um quinhão a dar. Só havendo metas pode haver trabalho organizado, só havendo trabalho pode haver o que avaliar, e só havendo avaliação pode haver reprogramação, correção de desvios e de rumos.

Somente a existência de uma política traçada no interior da universidade, com a participação de representações autênticas da sociedade, pode levar a um compromisso da comunidade universitária com a universidade. Como está é impossível: pedir ao professor, ao funcionário, ao aluno que se engaje em que? Para que, com que finalidade, servindo a que diretriz?

Por fim cabe ressaltar que a participação da sociedade é decisiva porque apenas assim a universidade pode efetivamente inserir-se na aspirações dos cidadãos e suas representações sociais de natureza política, econômica e cultural. É imprescindível que se possibilite imediatamente a inserção da sociedade na vida universitária, e conseqüentemente sua influência permanente nos planos de ensino, pesquisa e extensão e no acompanhamento e avaliação dos trabalhos de professores, funcionários, alunos e, necessariamente, dirigentes da universidade.

PESQUISA EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL

Coord.: José Marques de Melo

Um balanço da produção brasileira das últimas décadas e dos rumos da pesquisa em comunicação em nosso país. Um livro de consulta para os que se dedicam à pesquisa nas universidades, nas empresas e nos movimentos sociais.